

DECISÃO Nº 104, DE 28 DE JUNHO DE 2017.

Altera unilateralmente o Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, localizado em São Gonçalo do Amarante (RN), em cumprimento ao art. 2º, § 2º, da Lei nº 13.319, de 25 de julho de 2016.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso IV, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto nos arts. 8º, inciso XXV, da mencionada Lei e 2º, § 2º, da Lei nº 13.319, de 25 de julho de 2016;

Considerando o Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, celebrado em 28 de novembro de 2011, entre a União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, e a Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A.; e

Considerando o que consta do processo nº 00058.508345/2016-17, deliberado e aprovado na 12ª Reunião Deliberativa da Diretoria, realizada em 13 de junho de 2017,

DECIDE:

Art. 1º Promover as seguintes alterações, de forma unilateral, no Contrato de Concessão de Aeroporto - CCA nº 001/ANAC/2011 - ASGA, referentes à concessão dos serviços públicos para construção parcial, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, localizado em São Gonçalo do Amarante (RN), com vistas a recompor o equilíbrio econômico-financeiro do respectivo Contratos de Concessão em razão da alteração dos valores das tarifas aeroportuárias para incorporar o valor correspondente ao Adicional de Tarifa Aeroportuária, nos termos do art. 2º, § 2º, da Lei nº 13.319, de 25 de julho de 2016.

I - dar a seguinte redação à subcláusula 1.1.26.:

“1.1.26. Contribuição ao Sistema: valor total pago pela Concessionária ao Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC, constituído pela Outorga e pela Contribuição Mensal, nos termos do Contrato;” (NR)

II - dar a seguinte redação às subcláusulas 1.1.26.1. e 1.1.26.2.:

“1.1.26.1. Outorga: montante anual a ser pago em decorrência da oferta realizada no Leilão objeto da presente Concessão.

1.1.26.2. Contribuição Mensal: Montante mensal resultante da aplicação de alíquota sobre a receita mensal proveniente da cobrança de Tarifas de Embarque, Pousos e Permanência e dos Preços Unificados e de Permanência, domésticas e internacionais, e de Armazenagem e Capatazia.” (NR)

III - dar a seguinte redação à subcláusula 2.8.:

“2.8. A Concessionária se obriga a pagar à União, mediante depósito no FNAC, a parcela anual da Outorga a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da Data de Eficácia do Contrato de Concessão, limitada ao prazo deste Contrato, e as parcelas mensais da Contribuição Mensal, conforme os valores, percentuais e condições indicadas abaixo.” (NR)

IV - acrescentar a subcláusula 2.9-A., com a seguinte redação:

“2.9-A. A Contribuição Mensal corresponderá ao montante mensal em R\$ (reais) resultante da aplicação da alíquota definida no item 2.9-A.1. sobre a receita mensal proveniente da cobrança de Tarifas de Embarque, Pousos e Permanência e dos Preços Unificados e de Permanência, domésticas e internacionais, e de Armazenagem e Capatazia.

2.9-A.1. A fórmula de cálculo da alíquota da Contribuição Mensal será:

$$CM = \frac{35,9\% \times (1 - TII)}{135,9\%}$$

Onde:

CM = Alíquota da Contribuição Mensal

TII = Somatório, em percentual, das alíquotas de tributos indiretos vigentes que incidem nas Tarifas de Embarque, Pousos e Permanência e dos Preços Unificados e de Permanência, domésticas e internacionais, e de Armazenagem e Capatazia.

2.9-A.2. A Concessionária deverá efetuar o pagamento da Contribuição Mensal a cada mês, até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente ao da arrecadação da receita proveniente da cobrança de Tarifas de Embarque, Pousos e Permanência e dos Preços Unificados e de Permanência, domésticas e internacionais, e de Armazenagem e Capatazia.” (NR)

V - dar a seguinte redação à subcláusula 2.10.:

“2.10 A Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República indicará o procedimento a ser observado para a efetivação do pagamento da Outorga e Contribuição Mensal.” (NR)

VI - dar a seguinte redação à subcláusula 2.11.:

“2.11. Caso a Concessionária não pague a Outorga ou a Contribuição Mensal na data de vencimento incorrerá em multa moratória de 2% (dois por cento) do valor devido acrescido de juros moratórios equivalente à Taxa Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, podendo o Poder Concedente executar a Garantia de Execução do Contrato.” (NR)

VII - acrescentar as subcláusulas 2.11.1. a 2.11.5., com a seguinte redação:

“2.11.1. O cálculo da Contribuição Mensal será feito pela Concessionária que deverá apresentar a respectiva memória de cálculo ao Poder Concedente quando solicitada.

2.11.2. O Poder Concedente poderá discordar dos valores indicados ou pagos pela Concessionária e solicitar sua correção e complementação, garantido à Concessionária o direito ao contraditório e à ampla defesa.

2.11.3. Para a auditoria dos valores, o Poder Concedente contará com o apoio de empresa especializada de auditoria independente de grande porte e de renome nacional e internacional, com reputação ilibada a ser indicada, contratada e remunerada pela

Concessionária, cabendo à ANAC o direito de veto na indicação realizada pela Concessionária.

2.11.4. Ao final do processo administrativo para averiguação dos fatos, a complementação de pagamentos poderá se dar por meio da execução de garantia, ou por cobrança específica.

2.11.5. Na hipótese de ser constatada fraude no pagamento da contribuição Mensal decorrente de quaisquer operações que visem a reduzir artificialmente a sua base de cálculo, o Poder Concedente poderá utilizar, a seu critério, o auxílio de auditoria, contratada na forma do item 2.11.3., para apurar os valores efetivamente arrecadados, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.” (NR)

VIII - dar a seguinte redação à subcláusula 3.1.37.5.:

“3.1.37.5. Os pareceres de que trata o item 3.1.37.2. deverão conter capítulo específico relativo ao valor da Contribuição Mensal.” (NR)

IX - dar a seguinte redação à subcláusula 6.20.4.:

“6.20.4. revisão da contribuição mensal e/ou outorga devida pela Concessionária, mediante comum acordo entre ANAC e Concessionária, após prévia aprovação do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil; ou” (NR)

X - acrescentar a subcláusula 6.20.5., com a seguinte redação:

“6.20.5. outra forma definida de comum acordo entre ANAC e Concessionária.” (NR)

Art. 2º Esta Decisão entra de sua publicação.

JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ
Diretor-Presidente